



**DECRETO Nº 13.283/2023**

**RÉGULAMENTA O ART. 31 DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, PARA DISPOR SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE LEILÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS OU LEGALMENTE APREENDIDOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, no exercício das atribuições previstas no art. 84, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Alegre, e tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Objeto e âmbito de aplicação**

**Art. 1º** - Este Decreto regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Alegre.

**Parágrafo único.** Será admitida, excepcionalmente, nos termos do disposto no inciso IV do § 2º do art. 31 da Lei nº 14.133, de 2021, a realização do leilão na forma presencial, mediante prévia justificativa da autoridade competente e comprovação da inviabilidade técnica ou da desvantagem para a Administração, observados os requisitos definidos em regulamento.

**CAPÍTULO II  
DO COMETIMENTO DO LEILÃO**

**Art. 2º** - O leilão poderá ser cometido a servidor designado pela autoridade competente ou a leiloeiro oficial.

**§ 1º** A opção por leiloeiro oficial deverá ser justificada, observados:



I - a disponibilidade de recursos de pessoal da Administração para a realização do leilão;

II - a complexidade dos serviços necessários para a preparação e a execução do leilão;

III - a necessidade de conhecimentos específicos para a alienação;

IV - o custo procedimental para a Administração; e

V - a ampliação prevista da publicidade e da competitividade do leilão.

§ 2º Ao leiloeiro oficial poderão ser designadas tarefas como vistoria e avaliação de bens, loteamento, verificação de ônus e débitos, desembaraço de documentos, organização da visitação, atendimento integral aos interessados e arrematantes, entre outras.

§ 3º É vedado pagamento de comissão a servidor designado para atuar como leiloeiro.

**Art. 3º** - Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

§ 1º O credenciamento de que trata o *caput* observará, como parâmetro máximo da taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes a todos os credenciados, o montante de 5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado.

§ 2º É vedada a previsão de taxa de comissão a ser paga pelos comitentes.

### **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO**

#### **Etapas**

**Art. 4º** - A realização do leilão, na forma eletrônica, observará as seguintes fases sucessivas:

I - divulgação do edital;

II - apresentação da proposta inicial fechada;

III - abertura da sessão pública e envio de lances;

IV - julgamento;

V - recurso;

VI - pagamento pelo licitante vencedor; e



VII - homologação.

**Parágrafo único.** O leilão não exigirá registro cadastral prévio.

### **Critério de julgamento das propostas**

**Art. 5º** - O critério de julgamento adotado para escolha da proposta mais vantajosa na modalidade leilão será o de **maior lance**, a constar obrigatoriamente do edital.

## **CAPÍTULO IV DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL**

### **Conteúdo do edital**

**Art. 6º** - O edital, divulgado pelo órgão ou pela entidade, como agente promotor do leilão, ou pelo leiloeiro oficial, conterá as seguintes informações sobre a realização do leilão:

**I** - descrição do bem, com suas características;

**II** - valor pelo qual o bem foi avaliado, preço mínimo pelo qual poderá ser alienado, condições de pagamento e, se for o caso, comissão do leiloeiro designado, valor da caução e despesas relativas à armazenagem incidentes sobre mercadorias arrematadas;

**III** - indicação do lugar onde estão localizados os bens móveis, os veículos ou os semoventes, a fim de que interessados possam conferir o estado dos itens a serem leiloados, em data e horário estabelecidos;

**IV** - sítio da internet e período em que ocorrerá o leilão;

**V** - especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os bens a serem leiloados;

**VI** - critério de julgamento das propostas pelo maior lance, nos termos do disposto no art. 5º;

**VII** - intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando necessário, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e

**VIII** - data e horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

**§ 1º** As informações de que trata o *caput* serão fornecidas pelo órgão ou pela entidade, como agente promotor do leilão, ou pelo leiloeiro oficial.

**§ 2º** O prazo fixado para abertura do leilão e o envio de lances, de que trata o Capítulo VI, constará do edital e não será inferior a 15 (quinze) dias úteis, contado a



partir da data de divulgação do edital.

## Divulgação

**Art. 7º** - O leilão será precedido de divulgação do edital no Portal de Compras Públicas, com as informações constantes do art. 6º.

**Parágrafo único.** O edital, além da divulgação de que trata o *caput*, deverá ser afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para dar ampla publicidade ao certame e aumentar a competitividade entre licitantes.

## CAPÍTULO V DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA

**Art. 8º** - Após a divulgação do edital, o licitante interessado em participar do leilão eletrônico encaminhará, na forma do edital, sua proposta inicial até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**§ 1º** O licitante declarará:

- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;
- II - o pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e
- III - responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

**§ 2º** As informações declaradas na forma do § 1º permitem a participação dos interessados no leilão, na forma eletrônica, e não constituem registro cadastral prévio.

**Art. 9º** - O licitante, quando do registro da proposta, poderá parametrizar o seu valor final máximo e obedecerá às seguintes regras:

- I - aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, se houver, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto a lance que cobrir a melhor oferta; e
- II - envio automático de lances pelo sistema eletrônico que vier a ser usado, respeitado o valor final máximo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I do *caput*.

**§ 1º** O valor final máximo de que trata o *caput* poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor inferior a lance já registrado por ele no sistema eletrônico que vier a ser usado.



§ 2º O valor máximo parametrizado na forma do *caput* possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou para a entidade contratante e poderá ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**Art. 10** - Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico que vier a ser usado.

**Parágrafo único.** É de responsabilidade do licitante o ônus decorrente da perda do negócio pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou por sua desconexão no sistema eletrônico que vier a ser usado.

## **CAPÍTULO VI DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES**

### **Abertura**

**Art. 11** - Na data e horário estabelecidos no edital, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema eletrônico que vier a ser usado para envio de lances públicos e sucessivos por período não inferior a 03 (três) horas e de, no máximo, 06 (seis) horas.

**Parágrafo único.** Os lances ocorrerão exclusivamente por meio do sistema eletrônico que vier a ser usado.

### **Envio de lances**

**Art. 12** - O licitante somente poderá oferecer valor superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico que vier a ser usado, observado, se houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação a lances intermediários quanto em relação a lance que cobrir a melhor oferta.

**Parágrafo único.** O licitante poderá oferecer lances sucessivos, desde que superiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema eletrônico que vier a ser usado.

**Art. 13** - Os licitantes, durante o procedimento, serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**Art. 14** - O licitante será imediatamente informado pelo sistema eletrônico que vier a ser usado do recebimento de seu lance.

### **Desconexão do sistema na etapa de lances**

**Art. 15** - Na hipótese de o sistema eletrônico que vier a ser usado se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, mas permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



**Parágrafo único.** Caso a desconexão do sistema eletrônico que vier a ser usado para o órgão ou a entidade promotora da licitação persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

### **Classificação**

**Art. 16** - Imediatamente após o encerramento do prazo da etapa de envio de lances, o sistema eletrônico que vier a ser usado ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de classificação.

## **CAPÍTULO VII DO JULGAMENTO**

### **Verificação da conformidade da proposta**

**Art. 17** - Encerrada a etapa de envio de lances, o leiloeiro oficial ou o servidor designado verificará a conformidade da proposta e considerará vencedor aquele licitante que ofertou o maior lance, observado o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o bem.

**Art. 18** - Definido o resultado do julgamento, o leiloeiro oficial ou o servidor designado poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração com o primeiro colocado, por meio do sistema eletrônico que vier a ser usado, quando a proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação.

§ 1º Os demais licitantes poderão acompanhar a negociação de que trata o *caput*.

§ 2º Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento de licitação, a ser anexada aos autos do processo de contratação.

**Art. 19** - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico que vier a ser usado, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer abaixo do preço mínimo estipulado pela Administração para arrematação, observado o disposto no § 2º do art. 18.

### **Procedimento fracassado ou deserto**

**Art. 20** - Na hipótese de o procedimento restar fracassado, o órgão ou a entidade poderá:

I - republicar o procedimento; ou

II - fixar prazo para que os interessados possam adequar as suas propostas.



**Parágrafo único.** A republicação também poderá ocorrer na hipótese de o procedimento restar deserto.

## **CAPÍTULO VIII DO RECURSO**

**Art. 21** - Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a dez minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

§ 1º As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 3º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

§ 5º Na hipótese de ocorrência da preclusão prevista no *caput*, o processo será encaminhado à autoridade superior, que fica autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

## **CAPÍTULO IX DO PAGAMENTO**

**Art. 22** - O leiloeiro oficial ou o servidor designado, após a declaração do vencedor, emitirá o Documento de Arrecadação e/ou Guia de Recolhimento, com auxílio do setor tributário da SEFIP.

§ 1º A emissão de que trata o *caput* ocorrerá para que o licitante vencedor proceda, imediatamente, ao pagamento do bem e ao arremate, salvo:

I - disposição diversa em edital;

II - arrematação a prazo; ou

III - outra forma prevista em lei ou em regulamentação específica que impeça a arrematação imediata.

§ 2º O arrematante enviará o comprovante de pagamento ao leiloeiro oficial ou ao



servidor designado por meio do sistema eletrônico que vier a ser usado.

§ 3º Na hipótese de não realização do pagamento imediato pelo arrematante, o leiloeiro oficial ou o servidor designado, após atestar o fato, examinará o lance imediatamente subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda à Administração.

§ 4º O pagamento poderá ser realizado, no todo ou em parte, por intermédio de dação em pagamento ou de permuta, desde que disposto em edital.

## **CAPÍTULO X DA HOMOLOGAÇÃO**

**Art. 23** - Encerradas as etapas de recurso e de pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CAPÍTULO XI DO CONTRATO**

**Art. 24** - Nos contratos decorrentes do disposto neste Decreto, deverão constar as cláusulas elencadas no art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas, ainda, as regras previstas em lei ou em regulamentação específica.

**Parágrafo único.** O arrematante pessoa jurídica, previamente à celebração do contrato, deverá comprovar no sistema a regularidade perante a seguridade social, nos termos do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO XII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Art. 25** - O arrematante, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Decreto, estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações legais, além da perda de caução, se houver, em favor da Administração, com a reversão do bem a novo leilão, no qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

## **CAPÍTULO XIII DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

**Art. 26** - A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata este Decreto, por motivo de conveniência e de oportunidade, e deverá anular, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



§ 2º A autoridade, ao pronunciar a nulidade, indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornados sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e ensejará a apuração de responsabilidade daquele que tenha dado causa.

## **CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Orientações gerais**

**Art. 27** - Os horários estabelecidos na divulgação do procedimento e durante o envio de lances e da documentação relativa ao procedimento observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e de registro no sistema eletrônico que vier a ser usado.

**Art. 28** - A Secretaria Executiva de Administração poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

### **Vigência**

**Art. 29** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre - ES, 18 de dezembro de 2023.

**NEMROD EMERICK - NIRRÔ**  
Prefeito Municipal

**WAGNER DE PINHO PIRES**  
Secretário Executivo de Administração